
Fragmentos de memórias de um amor pelo Patrimônio Cultural do Brasil

Kátia Bogéa

Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís, Maranhão, Brasil



Em 1979, aos dezessete anos de idade, recém-chegada a cidade de São Luís, iniciei a minha formação como historiadora na Universidade Federal do Maranhão. Desde o momento em que pousei os olhos no centro histórico de São Luís, situado em uma ilha linda, que todos costumam chamar de ilha do amor, senti de imediato um fascínio e uma conexão. Sendo impossível resistir aos encantos da ilha magnética e atendendo a urgência do chamado da minha alma, procurei uma maneira de conseguir uma vaga como estagiária na Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, que acabava de ser criada pelo então presidente, o saudoso Aloisio Magalhães, homem de larga e refinada visão, que percebeu a importância daquele sítio histórico, protegido pelo Iphan desde o início dos anos 50 e montou uma estrutura de gestão local em 1980, tão necessá-

ria em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Mal sabia eu que meu destino estava sendo traçado naquele momento e que minha alma, vontade e propósito estariam até o fim dessa minha existência nesse planeta azul, amorosamente entrelaçada com o patrimônio cultural. Primeiro na minha cidade do coração e depois no meu país. Um caso de paixão e amor à primeira vista que já dura 42 anos. Aliás, o amor por esse lugar é um privilégio de muitos.

No século XVIII, o navegador português Simão Estácio da Silveira, ao falar das Lonjuras de São Luís do Maranhão, já afirmava “que é a melhor terra do mundo, onde os naturais são muito fortes e vivem muitos anos, e consta-me que, das que correram os portugueses, a melhor é o Brasil, e o Maranhão é o Brasil melhor”. Como num

encontro marcado pelas estrelas, na mesma época chega a São Luís o engenheiro Luiz Phelipe Andrès, mineiro de Juiz de Fora, que da mesma forma que eu, também se apaixonou por esta cidade, adotando o centro histórico e as embarcações tradicionais como propósito de vida.

Trabalhamos juntos pela defesa e proteção do Centro Histórico de São Luís e pelo Patrimônio Cultural do Brasil. Eu, no IPHAN por 40 anos. Entrei no Instituto como estagiária e depois fui contratada como historiadora e segui carreira até me tornar superintendente do IPHAN no Maranhão por 13 anos (2003-2015) e a primeira superintendente, nos 85 anos de existência da instituição, a ocupar o cargo de presidente nacional (2016-2019).

Luiz Phelipe Andrès seguiu como técnico do governo do Estado do Maranhão e foi o responsável pela coordenação do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís por 25 anos. Este exitoso programa foi um dos principais fatores para que o Centro Histórico entrasse na *Lista do Patrimônio Mundial* em 1987. Luiz Phelipe também ocupou os cargos de Secretário de Estado da Cultura e Coordenador do Estaleiro Escola, além de ter sido, por 20 anos, um dos mais atuantes conselheiros consultivos do Iphan. Sua morte, em 2021, deixou um imenso espaço em aberto, o que faz aumentar em todos nós que militamos pela preservação do patrimônio cultural a responsabilidade em dar continuidade ao seu legado.

Este ano, São Luís comemora 25 anos da sua declaração como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Uma importante conquista que celebramos e dividimos com muitos que se dedicaram a este feito. Mas, sem dúvida nenhuma, Luiz Phelipe Andrès representa uma parte importante de todo o movimento gerado na busca desse título.

Não podemos deixar de ressaltar que o Centro Histórico de São Luís é um exemplo de resistência e sobrevivência resultante de um esforço que vem de muitos anos e de muitos apaixonados. Em 1970, o jovem governador do Maranhão, José Sarney, jornalista, escritor, poeta e depois Presidente do Brasil no período da redemocratização do país (1985-1989), e amigo pessoal do primeiro presidente do IPHAN, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade — que ficou na presidência do Instituto por 30 anos — conseguiu, com o apoio do escritor Josué Montello, do próprio Rodrigo e do seu assistente e sucessor, o arquiteto Renato Soeiro, trazer a São Luís duas Missões da UNESCO a fim de avaliar o sítio histórico e traçar o caminho que levaria à futura candidatura a Patrimônio Mundial. Na primeira Missão, veio o arquiteto Michel Parent, e, logo depois, em 1972, o grande arquiteto português Alfredo Viana de Lima. O trabalho resultante dessas duas missões foi continuado pelo casal de arquitetos do Departamento de Proteção do IPHAN do Rio de Janeiro, Dora e Pedro Alcântara, por Olavo Pereira da Silva e tantos outros, a exemplo de Luiz Phelipe Andrès, que se têm sucedido na luta, por vezes frustrante, mas sempre recompensada, de salvar pedra, porta, telha, azulejo, tecido urbano, cidade e vida transcendente.

Essa bela trajetória da proteção do patrimônio brasileiro se inicia em 1937, quando o ministro da Educação e Saúde do Brasil, Gustavo Capanema, entregou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a direção do SPHAN, o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, depois de um estudo feito por Mário de Andrade. Rodrigo reuniu uma equipe extraordinária, talvez a mais notável de nossa história, com nomes como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim

Cardoso, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Renato Soeiro, Godofredo Filho, Afonso Arinos, Oswald de Andrade. Esses homens ilustres, intelectuais de primeira grandeza, e acima de tudo humanista, foram Brasil afora, inventariando e protegendo os maravilhosos conjuntos arquitetônicos, monumentos, obras de arte, paisagens, músicas, danças, tradições. Um trabalho modelar, reconhecido internacionalmente, mas nunca suficientemente louvado. Um trabalho que supera as imensas dificuldades de recursos materiais e humanos, pois a qualidade dos quadros técnicos do IPHAN não encontra correspondência com remuneração adequada, novas contratações não suprem a enorme demanda, e os gastos com manutenção e recuperação dos acervos são bem menores que os necessários. O Brasil possui uma das maiores diversidades culturais do mundo e tem, em seu patrimônio cultural, uma de suas maiores riquezas. O trabalho comprometido e abnegado de homens da qualidade de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro e Aloísio Magalhães, que construíram uma repartição que imediatamente se colocou como uma instituição de Estado, distante de questões de governo, deu ao IPHAN um caráter nacional.

Passados 85 anos da criação do IPHAN e 50 anos da *Convenção do Patrimônio Mundial*, é possível olhar para o passado e perceber que mais do que preservar, salvaguardar e promover os bens culturais escolhidos como referências para a Nação, ou para a humanidade, o IPHAN foi capaz de, a par de imensas dificuldades estruturais, firmar-se como uma das mais respeitadas instituições públicas do país e, simultaneamente, construir uma sólida noção do que é o patrimônio cultural do Brasil. Para mim, é um imenso orgulho saber que participei e tive a honra de poder ter contribuído nessa trajetória.

Durante esse difícil e apaixonante percurso que vivi até agora, apesar de todas as dificuldades e desconstruções pelas quais passei, tive, ao longo desses 42 anos, muitas emoções e alegrias, e gostaria de dividir algumas delas com vocês neste momento em que todos os países signatários comemoram os 50 anos da *Convenção do Patrimônio Mundial*.

O Brasil possui, hoje, 22 bens inscritos na *Lista do Patrimônio Mundial*, sendo 14 de natureza cultural, 7 naturais e 1 misto. Desse universo de candidaturas, integrei a equipe que trabalhou na instrução do dossiê da candidatura de São Luís enquanto técnica da Superintendência do IPHAN no Maranhão e depois desenvolvi vários projetos de preservação e educação patrimonial com a finalidade de difundir e promover os preceitos da *Convenção do Patrimônio Mundial*.

Quando assumi a Presidência do IPHAN em junho de 2016, o Departamento de Cooperação e Fomento, ao qual estava submetida a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional, dirigido pelo arquiteto Marcelo Brito, trabalhou arduamente na reestruturação do Centro de Categoria II da UNESCO, o Centro Lucio Costa, instalado no ícone da arquitetura modernista, o Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, dando continuidade ao esforço de Luiz Fernando de Almeida (2006-2012) e Jurema Machado (2012-2016), arquitetos brasileiros que me antecederam no cargo.

Integrei também a comitiva brasileira em quatro reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial. A minha primeira participação foi em julho de 2016, na 40ª Reunião, em Istambul, quando levamos a candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte/MG. Na ocasião passamos por um grande susto quando a reunião

foi suspensa em decorrência da tentativa de golpe militar na Turquia que terminou com 265 mortos e ao menos 2.839 militares presos, provocando um caos e muito nervosismo entre os participantes. Os trabalhos retornaram no dia seguinte ao início da convulsão civil e a candidatura da Pampulha foi aprovada pelo Comitê do Patrimônio Mundial e, depois, ficamos na expectativa de sermos resgatados e levados em segurança de volta ao nosso país. Foi uma emoção intensa aprovar a candidatura naquelas circunstâncias e retornarmos vitoriosos e a salvo. Isso causou uma grande comoção no Brasil e, por conseguinte, uma imensa repercussão da candidatura.

No ano seguinte, em 2017, levamos a candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, para 41ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada na Cracóvia. Após as fortes emoções vividas em Istambul, devo confessar que em todos esses anos militando pelo patrimônio cultural brasileiro, a maior emoção que já senti foi com esta candidatura.

O IPHAN, como sabemos, foi criado com a missão de identificar, salvaguardar e preservar o patrimônio cultural do Brasil. No entanto, demorou muito tempo para reconhecer o papel desempenhado pela matriz africana na construção do país e da identidade social e cultural do seu povo. Desse modo, podem imaginar o orgulho que senti quando o mesmo IPHAN dá o mais significativo passo no plano internacional para assumir, aos olhos do mundo e diante de si próprio, a matriz africana como vertente legítima e fundamental na formação identitária do país. Trata-se do primeiro bem cultural ligado à diáspora africana nas Américas a ser proposto para integrar a *Lista do Patrimônio Mundial*, o que testemunha a excepcionalidade da atitude política do Brasil. Após a votação e a declaração do

Comitê aprovando a candidatura, representantes dos países africanos solicitaram ao presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, Jacek Purchia, uma reunião paralela com a comitiva brasileira. Foi um momento memorável quando recebemos o emocionado agradecimento dos representantes dos países africanos ao Brasil por ter proposto a candidatura.

A praia do cais do Valongo, no Rio de Janeiro, local que testemunhou o desembarque de africanos escravizados e onde se situou o maior complexo comercial escravagista do continente entre 1774 e 1831, não pode ser esquecido. As presentes e futuras gerações precisam saber que, por ali, passaram cerca de um milhão de seres humanos escravizados. Pela sua excepcionalidade e valor simbólico, é considerado o mais contundente lugar de memória da chamada diáspora africana fora do continente de origem, testemunho material irretorquível do tráfico atlântico de africanos escravizados, hoje justamente considerado crime contra a humanidade. Portanto, foi uma das maiores emoções da minha vida estar na Cracóvia, apresentando uma candidatura de um sítio de memória sensível, que se reporta a um evento reconhecido como extremamente doloroso para toda a humanidade, a exemplo de Auschwitz-Birkenau, exatamente ali, ao lado de onde estávamos, ou Hiroshima, lugares que precisam ser lembrados para impedir que volte a acontecer.

Em julho de 2018, o Brasil voltou a fazer parte dos 21 países que compõem o Comitê do Patrimônio Mundial com direito a voto na 42ª reunião, que ocorreu em Manama, capital do Bahrein. Neste ano não apresentamos candidatura, mas no ano seguinte, em Baku, capital do Azerbaijão, na 43ª reunião, levamos a nossa primeira candidatura mista: “Paraty e Ilha Grande, cul-

tura e diversidade”, que foi aprovada por unanimidade após um extenuante e belo trabalho de parceria entre o Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do ICMBio, e as Prefeituras Municipais de Paraty e Angra dos Reis.

Por fim, para fecharmos este balanço dos fragmentos amorosos que vivi na minha trajetória pela proteção do patrimônio cultural do meu país, não poderia deixar de citar o enorme desafio que foi conseguir, junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, no período de 2016 a 2019, autorização para realização do concurso público

para os quadros de funcionários do IPHAN em diversas áreas do conhecimento. Sem a realização deste concurso, certamente o órgão se extinguiria. Talvez não tenha sido o suficiente, com certeza não foi, mas naquele momento evitou-se o colapso total.

Após 40 anos de total amor e dedicação ao IPHAN, voltei à minha cidade, a bela São Luís, para continuar lutando pela preservação e sustentabilidade do seu Centro Histórico, Patrimônio Mundial. Esta é a causa, e por ela sempre haverá amor e dedicação, porque isso nos torna humanos e dá sentido às nossas vidas. Saber que nos dedicamos ao belo, ao justo e ao bom.



© IPHAN, Pampulha, Brasil.